

# **Escravidão, trabalho e subalternidade:** discussões atuais da historiografia do trabalho e da escravidão e o estudo da formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro

*Slavery, labor and subalternity:*

*Current discussions of the historiography of labor and slavery and  
the study of the making of the working class in Rio de Janeiro city*

Flavia Fernandes de Souza\*

## **Resumo**

Este artigo apresenta algumas discussões de ordem teórica e historiográfica que ganharam espaço na História Social do Trabalho nos últimos anos e que perpassam os temas da escravidão e da formação classe trabalhadora. Considerando o atual debate sobre o trabalho escravo e o trabalho livre, seu objetivo é abordar questões pontuais acerca da importância de análises estruturais da escravidão e do potencial da noção gramsciana de *subalternidade* para o estudo de certos grupos sociais em determinadas situações históricas – tais como as que caracterizaram a cidade do Rio de Janeiro, entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: História social do trabalho; escravidão e subalternidade; formação da classe trabalhadora carioca.

## **Abstract**

*This article presents some discussion of theoretical and historiographical order that has gained ground on the Social History of Labor in recent years and also permeates the themes of slavery and making of the working-class. Considering the current debate over the slave labor and the free labor, its goal is to address specific questions about the importance of structural analysis of slavery and the potential of the gramscian notion of subalternity for the study of particular social groups in certain historical situations – such as those that characterized the Rio de Janeiro city, between the mid-nineteenth century and the first decades of the twentieth century.*

*Keywords: Labor History, slavery and subalternity; making of the working class in Rio de Janeiro city.*

---

\* Trabalho originalmente apresentado no *Colóquio Internacional Marx e o Marxismo*, ocorrido na Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus Gragoatá, entre 30 de setembro e 04 de outubro de 2013.

\*\* Doutoranda no PPGH-UFF e bolsista do CNPq.

## I

Na última década, vários historiadores sociais brasileiros publicaram artigos de balanços de caráter historiográficos, metodológicos e/ou teóricos acerca da História Social do Trabalho (Gomes, 2004; Batalha, 2006; Negro; Gomes, 2006; Chalhoub; Silva, 2009)<sup>1</sup>. De modo geral, trata-se de textos que, ao mesmo tempo, apresentam um panorama atual desse campo da História e buscam analisar os avanços realizados e os desafios ainda a serem enfrentados pelos pesquisadores do trabalho na história do Brasil. Na realidade, os historiadores que se dedicaram a esse esforço procuraram refletir sobre a recorrente constatação nos meios acadêmicos de que o campo brasileiro da história do trabalho passava, já há algum tempo, por um amplo processo de renovações e de mudanças. Estas seriam oriundas, sobretudo, da farta e variada produção recente – leia-se das décadas de 1980 e 1990 – de pesquisas empíricas (com variados temas, abordagens e enfoques); da constituição de espaços institucionais e acadêmicos voltados para área; e, até mesmo, das influências teóricas internacionais, oriundas, principalmente, da produção histórica inglesa, em especial da obra de E. P. Thompson.

Fazendo coro a outros historiadores da área, Cláudio Batalha, em um daqueles artigos de balanço, destacou que o aspecto mais evidente e inovador dessas transformações compreendia a “discussão sobre quem englobar em uma história do trabalho”. Para o autor, atualmente, quase todos os praticantes desse campo historiográfico estariam “de acordo que a redução da história do trabalho ao operariado fabril é inaceitável”.<sup>2</sup> Nesse sentido, Batalha afirmou ser cada vez mais “necessário incluir trabalhadores livres e não livres, urbanos e rurais, assalariados e autônomos, contratados e sazonais” (Batalha, 2006, p. 89). Uma tendência que, como se sabe, vem fazendo com que historiadores das tradições de estudos da escravidão, do mundo rural e do movimento operário mobilizem esforços na direção de um maior diálogo entre esses campos historiográficos – ou, pelo menos, atestem a necessidade desse tipo de iniciativa –, tendo em vista a derrubada de barreiras temáticas (de modo a romper dicotomias que opunham, por exemplo, trabalho e lazer, organização e cotidiano, militância e trabalhado-

<sup>1</sup> Como indica a historiadora Silvia Petersen (2011, p. 2), existem ambiguidades e entendimentos distintos acerca da História Social do Trabalho. No Brasil, essa área de produção do conhecimento histórico tende a ser associada à *Labour History* inglesa. Segundo o historiador Marcelo Badaró Mattos, os estudos desse campo corresponderiam, sobretudo, ao “trabalho na sua forma típica no capitalismo, trabalho assalariado, abstrato” e não se voltariam “para o trabalho em seu sentido amplo, que atravessa várias épocas históricas e está associado à noção de trabalho concreto/útil”. Além disso, no campo da história do trabalho estariam “não apenas processos e relações de trabalho”, mas, sobretudo, os estudos acerca da classe trabalhadora. Cf. Mattos, 2012a, p. 2.

<sup>2</sup> Os historiadores Alexandre Fortes e John D. French apontam, no entanto, que “nem todos os historiadores do trabalho latino-americano têm recebido bem esse ‘alargamento dos parâmetros do que constitui a história do trabalho’”. James Brennan, historiador argentino, por exemplo, defende uma definição restritiva para o campo, de modo a estudar apenas a história do trabalho no capitalismo moderno, e “rejeita explicitamente a inclusão da escravidão dentro da história do trabalho”. Cf. Fortes; French, 2013, p. 27.

res não organizados), conceituais (com o objetivo de problematizar e articular a noção central de classe social com outras dimensões sociais, como gênero, raça e etnia), e, principalmente, cronológicas (sendo a da abolição da escravidão, a mais frequentemente questionada).

Para além do seu caráter amplo e positivo, pode-se dizer que, no Brasil, esse alargamento dos parâmetros da História Social do Trabalho trouxe também inúmeras problemáticas, que, apesar dos avanços já conquistados, não estão completamente resolvidas pelos historiadores da área. Ainda segundo Batalha, pensando na “fronteira de 1888” como um exemplo dos grandes desafios da História do Trabalho, “apesar de ter sido colocado em xeque, [1888] ainda continua a ser um marco cronológico com o qual pouquíssimos trabalhos de fato rompem”. De acordo com o autor, são poucas as pesquisas que, em suas análises, transitam facilmente da “escravidão para a liberdade” e pouco se tem avançado no que se refere à discussão em torno do fato dos escravos serem trabalhadores. Nessa perspectiva, Batalha questiona que, para além do princípio anunciado, “escravos e trabalhadores livres constituem uma única classe trabalhadora ou de fato são classes distintas, tanto em termos jurídicos (o que é óbvio), como em suas aspirações?” (Batalha, 2006, p. 92).

Considerando esse contexto de renovações e de ampliações do campo da História Social do Trabalho no Brasil e indagações como essa trazida pelo historiador Cláudio Batalha, e compartilhada por grande parte dos historiadores da área, propõe-se apresentar neste artigo alguns apontamentos em torno de discussões recentes levantadas por historiadores sociais brasileiros para pensar o contexto de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo é ressaltar a relevância e as contribuições que noções e conceitos oriundos da tradição crítica do materialismo histórico<sup>3</sup> ainda têm a oferecer para a história do trabalho, em especial neste momento de transformações nos seus objetos, abordagens e métodos. E para isso pretende-se tocar rapidamente em algumas questões. De um lado, serão apresentados elementos em torno do tema da escravidão, levando-se em conta a sua centralidade para qualquer estudo dos “mundos do trabalho” em formações sociais oitocentistas, como a brasileira. Para isso, far-se-á referências ao tratamento que a historiografia brasileira tem dado ao assunto, bem como a algumas possibilidades atuais de análise para o caso do Brasil. E, de outro lado, buscar-se-á pensar nas formas possíveis de conceituação, indicadas por alguns historiadores, para se analisar os trabalhadores (sejam escravos ou livres) no contexto que compreende a segunda metade do

<sup>3</sup> Como discute o historiador Marcelo Badaró Mattos, a partir da análise da obra do historiador inglês Edward Palmer Thompson, quando aqui se faz referência ao materialismo histórico se faz pensando no que Thompson denominou de “tradição marxista aberta, exploratória, autocrítica” (Mattos, 2012b).

século XIX e as primeiras décadas do século XX – comumente entendido como o de formação da classe trabalhadora no Brasil. Nesse caso, a referência será a noção de *subalternidade*, em grande medida oriunda do pensamento gramsciano.

## II

Em artigo recente, publicado no segundo semestre de 2013, o historiador Rafael de Bivar Marquese apresentou uma análise acerca da forma como a historiografia sobre a escravidão brasileira lidou com o tema do capitalismo nas últimas décadas. Segundo Marquese, entre as décadas de 1930 e 1970, historiadores, cientistas sociais e economistas que estudaram a escravidão procuraram analisá-la no âmbito do processo da formação do capitalismo no Brasil.<sup>4</sup> Mesmo considerando a diversidade dos enquadramentos, aportes teóricos adotados e resultados alcançados para se pensar as relações entre escravidão e capitalismo, Marquese afirma que, de modo geral, as análises construídas naquele período “privilegiaram o tempo longo, e não o tempo curto; a visão de conjunto, que procurava inserir o Brasil no contexto mundial; as estruturas econômicas e sociais em detrimento dos acontecimentos políticos” (Marquese, 2013, p. 226-227).

Para Rafael Marquese, diferentemente, a produção historiográfica sobre a escravidão elaborada a partir dos anos 1980 teria abandonado o que, então, se passou a denominar de “interpretação estruturalista da escravidão” brasileira. Representada, basicamente, por duas linhas historiográficas de vieses distintos, a nova historiografia da escravidão teria modificado completamente o entendimento da dinâmica da instituição escravista no Brasil.<sup>5</sup> Esta seria agora analisada a partir de uma perspectiva que privilegiaria a lógica interna de experiências diversas (seja no âmbito espacial ou temporal), em que os escravos não deveriam ser mais vistos como sujeitos passivos ou autômatos das estruturas sociais, mas sim seres ativos na construção de seu devir. E, portanto, sem que fosse considerada uma visão estrutural da escravidão, nos “processos históricos de longa duração e [n]os quadros globais mais amplos nos quais se inscreveu o sistema escravista brasileiro”. Ou seja, para Marquese, para além dos inquestionáveis ganhos obtidos pelo desenvolvimento dessa historiografia mais recente da escravidão, teria ocorrido um abandono do conceito de *capitalismo histórico* – que, para

<sup>4</sup> As principais referências feitas por Rafael Marquese são os trabalhos de Caio Prado Jr. (1942), Celso Furtado (1959), Nelson Werneck Sodré (1962), Fernando Novais (1979), Ciro Flamarion Cardoso (1975) e Jacob Gorender (1978).

<sup>5</sup> Para o autor, as duas linhas historiográficas que, em seus desdobramentos, levaram ao abandono da noção de *capitalismo histórico* para o entendimento da escravidão brasileira seriam: a oriunda do desenvolvimento da categoria de modo de produção escravista colonial e suas articulações com a história agrária; e a história social da escravidão, constituída sob a inspiração da produção de historiadores marxistas ingleses, em especial de E. P. Thompson (tendo como principal centro de referência o Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP, somadas as produções de outros polos universitários do país). Cf. Marquese, 2013, p. 228.

o autor, ainda tem muito a oferecer para as análises históricas da escravidão, se fosse retomado sobre novas bases (Marquese, 2013, p. 229).

Observações e análises semelhantes a essas, feitas de maneira mais sistematizada por Rafael Marquese, vêm, cada vez mais, sendo realizadas por historiadores da escravidão e do trabalho no Brasil. Em artigo sobre o tema da escravidão no Brasil, João José Reis e Herbert Klein, por exemplo, apontaram recentemente para a perda de interesse pelas “questões estruturais” entre os historiadores da escravidão, ao constatar que “a noção de ‘sistema’ desapareceu completamente” das pesquisas empreendidas na área. Além disso, segundo os autores, teria se fortalecido a tendência para privilegiar formas de resistência ocorridas dentro das normas sociais estabelecidas, em detrimento dos estudos acerca das rebeliões abertas (Reis; Klein, 2011 *apud*. Fortes; French, 2013, p. 21). E essas são análises que, como destacam Alexandre Fortes e John French, vão ao encontro de reflexões realizadas pela historiadora Emília Viotti da Costa, ainda no fim dos anos 1980. Segundo os historiadores, naquela ocasião, Costa, ao pensar nas pesquisas que ainda deveriam ser empreendidas sobre o tema da escravidão, já apontava para a necessidade de se evitar dicotomias rígidas entre estrutura e agência, de modo que não se perdesse de vista as condições determinadas em que os homens fazem a história (Costa, 1989 *apud*. Fortes; French, 2013, p. 22).

Ao indicar, portanto, a relevância de se reinscrever o exame da escravidão brasileira no processo global de formação do capitalismo, “sem recair nos esquematismos vigentes até os anos setenta e tampouco sem abandonar as conquistas obtidas pela historiografia posterior”, Rafael Marquese traz em sua discussão importantes contribuições (Marquese, 2013, p. 246-247). Pensar nos “mundos do trabalho” – no plural, isto é, em uma opção consciente de reunir estudos que, para além de outras formas de diversidade, compreendam trabalhadores livres e não livres – implica necessariamente a realização de esforços que se voltem para análises mais aprofundadas acerca da escravidão no Brasil e no mundo, em especial na segunda metade do século XIX; ou seja, análises na qual o sistema escravista (em suas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais) não deve ser dissociado do conjunto das forças históricas mais amplas que moldaram a escravidão negra em sua conexão com a consolidação do sistema global dominado pelo advento do capitalismo industrial. O resultado desse trabalho analítico provavelmente permitiria compreender melhor aspectos do complexo das variadas formas de exploração do trabalho, a partir das quais o capitalismo se implantou em escala mundial, e dos seus desdobramentos no que se refere aos processos constituintes da formação da classe trabalhadora em diferentes situações históricas. Um processo que, inevitavelmente, leva os historiadores do trabalho a buscarem conceituações alternativas, em que a ênfase não recaia exclusivamente sobre o trabalho assalariado e noções restritivas da classe trabalhadora.

Nesse sentido, como uma boa proposta de trabalho, pode-se aqui destacar a abordagem que vem sendo desenvolvida, já há algum tempo, pelo historiador norte-americano Dale W. Tomich, em pesquisas sobre o papel da escravidão (como forma de exploração econômica e dominação social) na formação, expansão e reprodução histórica do sistema capitalista em escala global. Embora suas pesquisas já venham sendo realizadas desde final dos anos 1980, somente nos últimos anos os trabalhos de Tomich receberam maior atenção entre os historiadores brasileiros. Um fato que, para além das poucas traduções (somente alguns artigos do autor foram traduzidos para a língua portuguesa, sendo um livro dele lançado no Brasil apenas em 2011), talvez se relacione ao referido movimento de mudanças na História Social do Trabalho, que tem levado os historiadores da área a pensarem em novos caminhos para o estudo do trabalho escravo.<sup>6</sup> Nesse livro que sintetiza parte das suas análises e reflexões, Tomich, indo além da ideia de persistência da escravidão e de outras formas de trabalho não remunerado, interpreta a escravidão como elemento integrante do capitalismo. E ao abordar o tema, o autor levanta também questões de ordem teórica e metodológica suscitadas pela análise histórica do trabalho escravo e de outras formas de trabalho compulsório e pelo diálogo crítico com o marxismo, as teorias dos sistemas-mundo e pela nova economia política. Assim, os ensaios de Tomich chamam a atenção para a diversidade e a especificidade das formas de trabalho que constituíram a economia global (de modo a incluir a escravidão e demais formas de relação de trabalho não assalariado), além de revelarem “a complexidade espacial e temporal e a produção de diferenças locais pelos processos que se desenrolam em escala mundial” (Tomich, 2012, p. 14).

Em um esforço de distinguir “os regimes escravistas que precederam, e em parte fomentaram, a emergência do capital industrial e o trabalhado assalariado como polos dominantes da economia mundial” daqueles “regimes escravistas criados como parte dos processos de reestruturação da economia mundial oitocentista”, Tomich traz a importante discussão acerca do que denomina de “segunda escravidão” (Tomich, 2012, p. 15). A partir de estudos sobre regiões escravistas americanas, em especial o Sul dos Estados Unidos, Brasil e Cuba, o autor

---

<sup>6</sup> Segundo o historiador Ricardo Salles, embora seja “velho conhecido e conhecedor do Brasil”, por ter passado temporadas em universidades do país e ter publicado alguns artigos com historiadores brasileiros, os trabalhos de Dale Tomich, até então, eram pouco conhecidos ou foram raramente referenciados no Brasil. Para o autor, isso teria explicações, pois “no auge da voga da micro-história, da virada linguística, do individualismo metodológico e de tudo mais que, no apogeu do liberalismo, prometia sepultar o marxismo e outras visões totalizantes da história, o texto de Tomich [sobre a segunda escravidão] passou despercebido”. De acordo com Salles, outro seria o contexto atual, pois ao lado das “descrições densas do particular, do cotidiano e do miúdo”, que ajudaram a “superar antigas abordagens dos sistemas, de matriz sociológica”, busca-se, cada vez mais, “análises que se voltem para as conexões, os nexos e as contradições que compõem esses objetos enquanto totalidades estruturadas, produzidas pelas ações humanas ao mesmo tempo em que as condicionam”. Cf. Salles, 2013, p. 253-254.

observa que “longe de ser uma instituição moribunda durante o século XIX, a escravidão demonstrou toda a sua adaptabilidade e vitalidade” (p. 96). Para Tomich, no decorrer do século XIX, a escravidão expandiu-se em intensidade e escala nunca vistas antes para atender uma demanda global por matérias-primas e por gêneros alimentícios, como algodão, café e açúcar (p. 83).<sup>7</sup> Esse segundo ciclo da escravidão teria se iniciado com o advento da hegemonia britânica, declinando com o aumento da preeminência política e econômica dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental e com as depressões das décadas de 1870 e 1880. E diferentemente da escravidão existente nos séculos anteriores,

[...] essa “segunda escravidão” se desenvolveu não como uma premissa histórica do capital produtivo, mas pressupondo sua existência como condição para sua reprodução. O significado e o caráter sistêmicos da escravidão foram transformados. Os centros emergentes de produção escrava viam-se agora cada vez mais integrados na produção industrial e impelidos pela “sede ilimitada de riqueza” do capital (p. 87).

O quadro de análise desenvolvido por Dale Tomich para o entendimento da escravidão no século XIX traz elementos importantes acerca das relações entre trabalho escravo e o trabalho livre no desenvolvimento histórico da economia mundial capitalista. Afinal, para o autor, a história da escravidão nas Américas e a do trabalho assalariado na Europa devem ser compreendidas em suas relações com o processo global de acumulação e as lutas sociais contra essa acumulação. Na perspectiva analítica de Tomich, as relações entre trabalho escravo e trabalho assalariado não podem ser vistas como resultado de “um processo evolutivo linear”, mas de “relações históricas complexas, múltiplas e qualitativamente distintas entre as duas formas de trabalho social”. O autor considera que os processos de recomposição das relações entre trabalho e capital e das várias formas de exploração do trabalho são determinados também por relações de lutas de classes, que podem assumir diferentes formatos, em função de suas relações com o cenário econômico e político mundial. E no que pese as lutas dos escravos e dos trabalhadores assalariados livres, Tomich afirma existir uma inter-relação: “ainda que marcadas por importantes diferenças formais e distinções

<sup>7</sup> Como explicita Marquese, com o advento da economia-mundo industrial do século XIX, “as forças então colocadas em jogo levaram, por um lado, ao colapso de antigas regiões produtoras no Caribe inglês e francês, que, afora se verem acuadas pelo abolicionismo metropolitano e pelas ações coletivas de resistência escrava, haviam chegado aos limites máximos de suas capacidades produtivas, mas, por outro, conduziram à abertura de oportunidades para regiões que até então haviam estado na periferia econômica das zonas de exploração escravista do Novo Mundo. Nesse movimento, os destinos do sul dos Estados Unidos, de Cuba e do Brasil - cada qual se especializando na produção escravista, em larga escala, de algodão, açúcar e café - entrelaçaram-se de modo estreito. Em cada uma dessas novas fronteiras da mercadoria surgiram unidades produtivas escravistas com plantas inéditas, cujas combinações de terra, trabalho e capital romperam com os padrões anteriormente vigentes no mundo atlântico”. Cf. Marquese, 2010, p. 1-2.

qualitativas, são permeadas de um conteúdo comum e têm como base comum sua relação com o capital”. Essas influências recíprocas nas lutas econômicas e políticas do trabalho escravo e do trabalho livre assumiriam um novo caráter com a formação da uma classe trabalhadora assalariada na Europa, quando as lutas escravas passaram a se relacionar com as lutas dos trabalhadores livres (Tomich, 1992, p. 117).

### III

Tendo em vista os desafios ainda a serem enfrentados no campo da História Social do Trabalho, resultantes de seu processo de ampliação e de renovação ocorrido nas últimas décadas, pode-se dizer que o entendimento de que os escravos fazem parte do universo dos trabalhadores acaba levando os historiadores do trabalho e da escravidão a enfrentarem, entre outras, duas grandes problemáticas. Por um lado, coloca-se a necessidade de se repensar o modo como a escravidão vem sendo estudada; e, como indicado anteriormente, a urgência de associá-la ao processo de constituição do capitalismo e a maneira como se combinaram formas de exploração e de relações de produção capitalistas e não capitalistas.<sup>8</sup> Por outro lado, se torna fundamental a revisão de entendimentos relativos ao conceito de classe trabalhadora. Nesse caso, talvez uma das mais relevantes discussões atuais origine-se de análises e pesquisas realizadas em torno do movimento de construção de uma “história global do trabalho”, que envolve historiadores de diversas regiões do mundo. Entre esses se destaca o nome de Marcel van der Linden, autor de uma das principais obras de referência desse movimento, o trabalho intitulado *Workers of the world: essays towards a Global Labor History* (2008).<sup>9</sup>

Nesse livro, além de delimitar aspectos da proposta da chamada *História Global do Trabalho*,<sup>10</sup> van der Linden apresenta, entre outras discussões

<sup>8</sup> O historiador Marcelo Badaró Mattos lembra que essas questões foram consideradas por Marx e por outros clássicos do pensamento social crítico da virada do século XIX para o século XX (como Lênin e Trotsky), que indicaram o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista durante a sua expansão global – processo que gerava a coexistência de novas e antigas formas de produção, promotora de especificidades em relação ao processo de industrialização nas nações que inicialmente a viveram. Cf. Mattos, 2012a, p. 24.

<sup>9</sup> O livro acabou de ganhar uma tradução em português pela Editora Unicamp em 2013 sob o título *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*, mas parte do seu conteúdo encontra-se em artigos do autor traduzidos anteriormente no Brasil. Cf. van der Linden, 2009; 2005.

<sup>10</sup> Na definição de Marcel van der Linden, a *História Global do Trabalho* tem vários significados, pois não é uma teoria, mas sim uma área de investigação. Nas palavras do autor: “Em primeiro lugar, esta área de pesquisa assume que tudo no mundo está inter-relacionado. Em segundo lugar, ela pressupõe que recuemos à formação do capitalismo mundial, ou seja, pelo menos aos últimos cinco séculos. Não nos focamos exclusivamente nos séculos XIX e XX, como fazia tradicionalmente a historiografia do movimento operário. A terceira característica da história global do trabalho é que não se foca só no trabalho livre, mas também no trabalho não livre, na escravidão. Não olhamos para a classe trabalhadora apenas como um conjunto de indivíduos, mas para todas as relações sociais, os processos migratórios, as divisões de gênero, o trabalho doméstico; tudo isso é essencial. Portanto, é uma definição muito mais ampla do que aquela em que se focavam tradicionalmente os historiadores da Europa e Estados Unidos, que centravam a sua investigação nos trabalhadores organizados.” Cf. van der Linden, 2012, p. 115; 2009, p. 18-19.



fundamentais, uma problematização do conceito de classe trabalhadora, fundamentado na tradição marxista. A partir de pesquisas empíricas realizadas em diferentes pontos do globo, sobretudo no denominado “Sul Global”, o autor analisa e questiona as fronteiras existentes entre as várias formas de exploração do trabalho (escravo, livre, autônomo, assalariado, contratado, doméstico, urbano, rural), defendendo que, de modo geral, elas são de natureza mais fluida e ampla do que costumam considerar os historiadores, ao ter como parâmetro a concepção de proletariado de Marx. Segundo van der Linden, a noção de classe social clássica se baseia na ideia de que a força de trabalho somente pode se tornar uma mercadoria através do trabalho assalariado (que seria a única forma verdadeiramente capitalista de mercantilização da força de trabalho). Porém, o autor contesta essa noção, que inevitavelmente leva a considerar como única classe trabalhadora “real” a que se enquadra nessa definição, considerada por ele restrita. Para van der Linden, existiram, em diversas regiões do mundo e em diferentes épocas, “formas intermediárias” “entre trabalho assalariado e escravidão; entre trabalho assalariado e por conta própria; entre escravidão e trabalho por conta própria; e entre trabalho assalariado, escravidão e trabalho por conta própria, de um lado, e o lupem-proletariado (sic) de outro” (van der Linden, 2005, p. 16).

Tendo em vista isso, Marcel van der Linden busca redefinir a noção clássica de classe trabalhadora e propõe o uso de um novo conceito, de definição provisória – por ainda demandar mais estudos –, que seria o de *trabalhadores subalternos*. Partindo de pressupostos como a subordinação de diversas formas de exploração do trabalho (que não apenas o trabalho livre e assalariado típico) aos imperativos capitalistas e à mercantilização compulsória da força de trabalho como base comum das inúmeras formas de exploração do trabalho, o autor afirma que os trabalhadores subalternos “constituem um grupo muito variado, que inclui escravos de plantel, parceiros, pequenos artesãos e assalariados”. Enfim, em sua definição, o conceito *trabalhadores subalternos* corresponderia a

[...] todo possuidor de força de trabalho cuja força de trabalho é vendida ou empregada por outra pessoa sob compulsão econômica ou não econômica [...], não importando se o portador ou a portadora de força de trabalho vende por si mesmo, ou por si mesma, e não importando se o portador ou a portadora possui meio de produção (van der Linden, 2005, p. 28-29).

Em um esforço de pensar o trabalho e os trabalhadores em uma perspectiva global, van der Linden propõe, então, ampliar o conceito de classe trabalhadora de modo a incluir, por exemplo, não apenas variedades do trabalho assalariado

e do trabalho autônomo, mas também o trabalho de subsistência, o trabalho escravo e demais formas de trabalho compulsório. E, para isso, busca referência na noção de *subalternidade*, que, por sua vez, tem suas origens nas concepções de *classes* ou *grupos subalternos* presentes no pensamento gramsciano. De acordo com o autor, “a noção de subalternidade nos estudos de Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere*, é uma descrição do proletariado tradicional, usando outras palavras”. Mas, considerando também a reformulação do conceito realizada na Índia pelos *Estudos Subalternos*, que abrigou a perspectiva política do conceito para pensar o quadro nacional indiano,<sup>11</sup> van der Linden afirma estar em um ponto no meio: “defendo uma noção mais ampla que a de proletariado, mas não diria que todas as classes baixas (*lower classes*) são parte da noção de classe trabalhadora” (van der Linden, 2012, p. 117). Por isso, antes de prosseguir com essa reflexão sobre as possibilidades de conceitualização da classe trabalhadora em seu processo de formação, é importante recuperar a categoria *subalterno* presente no pensamento de Antonio Gramsci.

#### IV

Ao longo dos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci desenvolveu a categoria *classes subalternas/grupos subalternos*, que, como outras ideias, noções e conceitos formulados pelo pensador e revolucionário sardo, tem seus alcances e significados ligados a todo o conjunto de suas reflexões políticas e filosóficas. Como indica a filósofa cubana Isabel Monal, desde os seus primeiros escritos carcerários, a categoria *subalterno* aparece nos textos de Gramsci, sobretudo nas discussões acerca de situações de dominação de determinados grupos sociais por outros; e “sempre baseado nas teses centrais do materialismo histórico sobre as contradições objetivas presentes nas sociedades e o papel que nelas desempenha as condições materiais” (Monal, 2003). Além disso, Gramsci, demonstrando o seu interesse nesse estudo, organizou um caderno diretamente voltado para o tema: o Caderno 25, redigido em 1934, cujo título é *Às margens da história – história dos grupos sociais subalternos* (Gramsci, 2002, p. 129-145).

<sup>11</sup> Os chamados *Estudos Subalternos* surgiram na Índia, no início da década de 1980, com a proposta de reinterpretação e reescrita da história colonial indiana pela perspectiva dos dominados. Constituíam-se inicialmente de um grupo de estudiosos, associados ao Centro de Estudos de Ciências Sociais de Calcutá, reunidos em torno da figura de Ranajit Guha, intelectual marxista, ativista político e professor universitário, responsável pela organização dos primeiros seis volumes das séries de artigos sobre a história social indiana, publicados entre 1982 e 1989, intitulados *Subaltern Studies: Writings on South Asian History*. Nas pesquisas desse grupo, ganhou destaque a proposta de Gramsci para o estudo da história das *classes* e dos *grupos subalternos*. Estas categorias foram vistas como recursos instrumentais para análises históricas e sociais de diferentes níveis de subordinação existentes nas formações sociais do sul asiático, em diversos contextos históricos, que envolvessem não apenas relações de classe, mas também questões ligadas a castas, etnias, gênero, ofício, religião, entre outras formas de subordinações sociais. Cf. Fontana, 2002; Ranajit, 1987 *apud*. Mattos, 2012a, p. 30.

Nesse caderno, Gramsci apresenta oito parágrafos de discussões relacionadas ao assunto. Reunindo em alguns casos anotações ou referências feitas anteriormente, o autor apresenta, em linhas gerais, orientações para o estudo da história dos subalternos. Seu primeiro parágrafo é uma crítica ao modo como estudiosos trataram o movimento *lazzarettista*, um fenômeno histórico-social ocorrido em torno da figura de Davide Lazzaretti (1834-1878), líder rebelde e profeta mítico, oriundo de camadas subalternas da região da Toscana. Segundo Gramsci, havia na bibliografia sobre o tema uma tendência a isolar o fenômeno e a tratar o personagem central a partir de uma natureza patológica. Assim, Gramsci faz um primeiro alerta geral sobre o tema da subalternidade afirmando que “para uma elite social, os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo de bárbaro e patológico” (Gramsci, 2002, p. 131). E entre outras observações, de caráter “político-histórico”, Gramsci alerta para o fato de que esse movimento esteve ligado à

[...] tendência subversivo-popular-elementar que podia nascer entre os camponeses, em decorrência do abstencionismo político clerical e do fato de que as massas rurais, na ausência de partidos regulares, buscavam dirigentes locais que emergissem da própria massa, misturando a religião e o fanatismo ao conjunto de reivindicações que, de forma elementar, fermentavam o campo (Gramsci, 2002, p. 132).

Como afirma o cientista social Marcos Del Roio, o interesse de Gramsci neste episódio encontra-se na evidência de traços de “popularidade e espontaneidade”, que serão desenvolvidos no parágrafo seguinte, intitulado “critérios metodológicos” (Roio, 2007). Nesse segundo parágrafo do Caderno 25, Gramsci afirma que “a história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica”. Para o autor dos *Cadernos do Cárcere*, embora haja tendências para a unificação dos grupos subalternos – ainda que provisoriamente –, as suas atividades históricas são “continuamente rompidas pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso” (Gramsci, 2002, p. 135). Sofrendo assim a iniciativa constante dos grupos dominantes e agindo quase sempre em “estado de defesa”, a condição de subordinação, segundo Gramsci, só pode ser superada pela vitória “permanente” dos grupos subalternos.

Em suas reflexões sobre essa categoria, Gramsci elabora, então, um raciocínio que gira em torno das maneiras pelas quais os grupos sociais dominados podem superar sua condição de subalternidade. Não por acaso, no quinto parágrafo do Caderno 25, Gramsci apresenta, em seis pontos, o que “deve-se estudar” acerca da história dos subalternos. Segundo Isabel Monal, muito mais do que um

programa de estudo, trata-se de uma “lista de fases”, cujo conteúdo aponta para “uma tese da evolução das classes subalternas ao longo da história, desde a sua formação inicial até a etapa em que estas classes alcançariam a sua autonomia” (Monal, 2003).

1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um certo tempo; 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renovamento ou de nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc. (Gramsci, 2002, p.140).

Na verdade, Gramsci, ao formular tal programa de estudos históricos, parecia ter em vista a busca de maneiras pelas quais as classes ou grupos subalternos da Itália, no contexto em que viveu, para além da sua “desagregação social” e suas difusas e multifacetadas formas de expressão políticas e culturais, poderiam se unificar e agir contra formas de dominações sociais vigentes. Nesse processo, Gramsci parece ter dado certa ênfase para a fórmula política da Frente Única, que pressupunha a formulação de um projeto revolucionário antifascista e anticapitalista que envolvesse a formação de uma aliança operário-camponesa (Mattos, 2012a, p. 31; Roio, 2007, p. 64-66). Para Marcos Del Roio, a proposta de Frente Única (ao conciliar, em Gramsci, os referenciais da Filosofia da Práxis, a experiência nas lutas operárias e a observação do potencial transformador presente no campo meridional italiano) foi uma chave importante para que o autor dos *Cadernos do Cárcere* “pudesse encontrar um novo lugar para o campesinato na estratégia revolucionária” e para que esse sujeito histórico fosse entendido como parte do amplo conjunto denominado de *classes/grupos subalternos* (Roio, 2007, p. 66).

Vista sob essa perspectiva, a categoria *subalterno* desenvolvida na abordagem teórica gramsciana pode ser apreendida, como ressalta Marcelo Badaró Mattos, como parte da discussão sobre o potencial do proletariado, em aliança

com diversos setores subalternizados, como sujeito histórico transformador nas complexas formações sociais capitalistas do século XX. Além de ser aquela uma categoria que, sem repudiar o “espontaneísmo” ou a “tendência à fragmentação das lutas”, permite analisar “o processo através do qual a consciência de classe se ‘eleva’ a partir do senso comum, e em que os limites de uma visão de mundo messiânica, alimentada pelas leituras deterministas do marxismo, são superados pela Filosofia da Práxis em sua manifestação mais elaborada” (Mattos, 2012a, p. 31).

Contudo, ainda como sugere Mattos, a análise da *subalternidade* em Gramsci permite também outra chave de leitura, mais relacionada à historicidade e à dimensão conceitual do termo. Mattos aponta para a forma como Gramsci utilizou a categoria para tratar, por exemplo, dos escravos romanos e dos camponeses medievais (Mattos, 2012a, p. 31) – discussão que o pensador e revolucionário desenvolveu nos parágrafos quatro e seis do Caderno 25, nos quais apresenta notas relativas ao desenvolvimento histórico de grupos subalternos na Idade Média e na Antiguidade e em que é possível encontrar pequenas reflexões que exemplificam um sentido mais geral e instrumental da categoria *subalterno*.

No quarto parágrafo do referido caderno, por exemplo, Gramsci aponta análises do ensaio de Ettore Ciccotti (*Confronti storici*, 1929) que, segundo ele, apresentaria “algumas referências sobre o desenvolvimento histórico das classes populares nas Comunas italianas”. Afirma que o ensaio de Ciccotti apresenta “resultados indiciários”, fazendo a seguinte análise geral sobre os estudos históricos dos subalternos:

[...] dada a falta de autonomia dos grupos subalternos, suas iniciativas “defensivas” estão submetidas a leis próprias de necessidade, mais simples, mais limitadas e politicamente mais restritivas do que as leis de necessidade histórica que dirigem e condicionam as iniciativas das classes dominantes [...] (Gramsci, 2002, p. 138).

E em seguida, Gramsci faz outra importante observação de amplo alcance histórico sobre aspectos que compreendem o entendimento da categoria em questão: “Com frequência, os grupos subalternos são originariamente de outra raça (outra cultura e outra religião) em relação aos dominantes e, muitas vezes, são uma mistura de raças diversas, como no caso dos escravos”.

Analisando essas e outras reflexões gerais desenvolvidas por Gramsci para o estudo das *classes subalternas/grupos subalternos*, não é difícil perceber os alcances e significados teóricos desse termo no quadro que compõe o pensamento gramsciano. Ao que parece, quando propõe, no Caderno 25, algumas notas metodológicas para os estudos históricos dos subalternos, Gramsci abre a possibilidade, para além da sua dimensão contemporânea no contexto por ele vivido, do

uso desta noção como recurso instrumental para a análise do passado. E tendo em vista os seus referenciais marxistas, o seu interesse talvez passasse, também, por um diálogo crítico com outras noções clássicas oriundas do materialismo histórico, como “proletariado”, “classe operária”, “campesinato” – não tão mencionadas nos *Cadernos do Cárcere*, como as de *classes e grupos subalternos* (Roio, 2007, p. 64). A elaboração e o uso da categoria *subalterno* em Gramsci, ao que parece, foram feitos, portanto, com uma intenção que provavelmente visava alcançar níveis mais profundos de complexidade e de generalização, com vistas a abraçar, no campo analítico, a heterogeneidade social que constitui o conjunto das massas exploradas, oprimidas e marginalizadas ao longo da história. Como afirma Isabel Monal, “o conceito, dessa maneira ampliado para além das classes sociais, mas incluindo-as, viria a preencher a ausência de uma categoria deste tipo em Marx” (Monal, 2003).

## V

Feitas essas considerações sobre a noção de subalternidade nos *Cadernos do Cárcere* de Gramsci, pode-se, então, retomar a discussão sobre o conceito *trabalhadores subalternos*, proposto por Marcel van der Linden. Isso porque em proposições como a de van der Linden, acerca da existência de uma grande classe de trabalhadores subalternos, a problemática central passa pelas maneiras pelas quais se conformaram formas diversas de exploração e de relações de produção (fossem elas capitalistas ou “pré-capitalistas”) no processo global de constituição do capitalismo. Essa é uma questão que, tal como coloca Marcelo Badaró Mattos, influencia diretamente “sobre como tratar conceitualmente o processo de formação da classe trabalhadora em uma situação de periferia colonial – ou até recentemente colonial – latino-americana como era o caso brasileiro em fins do século XIX” (Mattos, 2012a, p. 23; 2013).

Segundo Mattos, como demonstram várias pesquisas empíricas, realizadas para diferentes regiões brasileiras, especialmente na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, existia vasta gama de fenômenos históricos que poderiam ser explicados pelo conceito de van der Linden. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, as diferentes modalidades de escravidão urbana (doméstica, industrial, de ganho, de aluguel), em paralelo com exploração da força de trabalho “livre”, geraram formas muito particulares de exploração do trabalho, que poderiam incluir formas próximas ao assalariamento, contratos de locação de serviços e inúmeros outros arranjos de trabalho. Para o autor, deste ponto de vista,

[...] o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil do século XIX estaria completamente resolvido no interior da noção de “trabalhadores subalternos” de van der Linden. Desde o momento em que a

venda da força de trabalho já obedece aos imperativos do capital (tanto faz se escravos que são pessoalmente vendidos por outros junto com sua força de trabalho, ou se trabalhadores “livres” que a vendem, ou híbridos em situações como as dos escravos de ganho e de aluguel) estamos diante de uma mesma classe de trabalhadores (Mattos, 2012a, p. 28-29).

No entanto, para além de sua prerrogativa propriamente econômica, a concepção de *subalternidade* oriunda do pensamento gramsciano, por sua vez inserida na tradição materialista histórica, contém uma clara dimensão política, que não pode ser ignorada. Nos termos elaborados por Gramsci, pensar a história dos subalternos pressupõe também o estudo de projetos de superação da própria condição subalterna – ainda que se leve em conta a desagregação social e as ações episódicas daqueles grupos, como talvez se possa afirmar a partir do pensamento de Gramsci. Nesse sentido, ao considerar a ideia de existência de trabalhadores subalternos, como propõe van der Linden, necessariamente é preciso pensar nas problemáticas geradas para o estudo da existência de formas de consciência social e de seus projetos societários. Afinal, mesmo compondo um enorme contingente de trabalhadores submetidos compulsoriamente a um processo de mercantilização da sua força de trabalho, esse grande conjunto de trabalhadores subalternos era constituído por grupos sociais específicos e potencialmente capazes de desenvolver formas distintas de consciência coletiva.

Novamente, como discutido por Marcelo Badaró Mattos, considerando situações históricas como as vividas por trabalhadores escravizados e livres no Brasil na segunda metade do século XIX e no processo de formação da classe trabalhadora, cabe pensar nas questões relativas ao desenvolvimento de uma consciência propriamente de classe. Nesse caso, as indagações se tornam ainda mais complexas. Em espaços urbanos como os da cidade do Rio de Janeiro, além do compartilhamento de experiências comuns, de trabalho e de sociabilidade entre escravizados, libertos e livres, Mattos aponta para as evidências encontradas, por ele e por outros historiadores, acerca do compartilhamento, entre trabalhadores de diferentes condições sociais, de formas organizativas (como as associações do tipo mutual) e de luta (como greves e paredes). Tais fatos trazem à tona um problema que envolve várias facetas, pois mesmo tratando-se de um processo histórico em que já se manifestavam organizações e estratégias de ação semelhantes às de uma classe trabalhadora já constituída – compreendendo, portanto, certo nível de formação de uma consciência de classe em curso –, as lutas de trabalhadores escravizados e livres englobavam sempre graus diferenciados de interesses. Como afirma Mattos:

[...] a luta dos escravos é pela “liberdade”, no sentido da superação do fim do estatuto jurídico da escravidão. O projeto de emancipação social da classe trabalhadora é outro, por colocar em questão não apenas uma determinada forma histórica de exploração do trabalho e divisão social em classes, mas toda e qualquer sociedade dividida em classes e marcada pela exploração do trabalho (Mattos, 2012a, p. 29-30).

Por essa razão, levando em conta as especificidades do processo de constituição do capitalismo no Brasil, em seus processos de expropriação/proletarização e formação da classe trabalhadora, Mattos levanta a possibilidade de se recuperar a noção de Gramsci de subalternidade. Para o autor, por meio da concepção original do conceito *grupos subalternos* ou *classes subalternas* talvez se pudesse dar conta da dimensão de classe no processo de subsunção formal do trabalho ao capital em situações históricas em que predominam formas diversas de exploração do trabalho. Assim, para Mattos, em contextos como o que caracteriza a cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX,

[...] estaríamos diante não de uma única classe de *trabalhadores subalternos*, mas de *classes subalternas*, que possuem em comum a subordinação ao capital, mas distinguem-se por formas distintas de consciência social, cuja tendência à unificação pode manifestar-se em determinados momentos específicos de lutas sociais [...] fundamentais para os processos subsequentes de formação da classe trabalhadora (Mattos, 2012a, p. 32).

Ainda que necessite de estudos mais aprofundados em torno de episódios da história brasileira na segunda metade do século XIX, tal proposta analítica feita por Marcelo Badaró Mattos apresenta um interessante caminho de análise, que busca contemplar os complexos processos relativos à subjetividade coletiva das classes sociais, mas sem perder de vista a diversidade de projetos societários presentes em um contexto de coexistência de formas diferenciadas de exploração do trabalho. Mattos, ao considerar a noção gramsciana de *subalternidade*, atenta para a possibilidade de análises de situações históricas em que a organização (característica de uma classe trabalhadora em formação) e a espontaneidade (comum em movimentos sociais de grupos subalternos) se conformaram de maneira bem sucedida. E, provavelmente, como indica o autor, esse foi o caso do chamado abolicionismo que, em seu conjunto e variedade, constituiu o principal movimento social ocorrido na segunda metade do século XIX e que abrigou inúmeros projetos sociais de Nação. Indo além da atuação de intelectuais, parlamentares e homens públicos, os movimentos pelo fim da escravidão ocorridos na Corte Imperial envolveram diver-



soos segmentos sociais, ao incluir não só os escravos – protagonistas diretamente interessados, que se manifestaram através de mecanismos tradicionais de resistência (como fugas coletivas e revoltas) e por meio de formas associativas, como as irmandades negras –, mas também a população livre e trabalhadora. Sobre esse aspecto, alguns estudos recentes têm apresentado evidências de como organizações de trabalhadores – que, em inúmeros casos, incluíam escravizados e libertos – tiveram participação ativa nos movimentos abolicionistas desde seus primeiros momentos (Mattos, 2008; Costa, 2012).

Nessa perspectiva, pode-se pensar que os movimentos sociais centrados na bandeira da abolição da escravidão, ocorridos na década de 1880 na cidade do Rio de Janeiro, além de constituírem um processo fundamental para formação da classe trabalhadora – ao unificarem e catalisarem experiências de escravizados, libertos e livres e influenciar, posteriormente, nas formas de organização e de lutas dos trabalhadores em geral (Mattos, 2008) –, foram também um momento de expressão de embates sociais de classes subalternas. Até porque, o movimento abolicionista envolveu grupos sociais que, para além de uma experiência comum de exploração compulsória do trabalho, compreendiam formas de consciência coletiva e de projetos societários, em certa medida, diferenciados. Para pensar nos termos formulados por Gramsci, talvez esse tenha sido um dos mais significativos momentos da história dos subalternos no Brasil. Por seu caráter “episódico” e por expressar uma “tendência à unificação” – mesmo tendo sofrido a contínua ação dos grupos dominantes –, o movimento abolicionista apresenta-se com um “valor inestimável para o historiador integral”, por expressar “traços de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos” (Gramsci, 2002, p. 135).

## VI

Tendo em vista os limites das reflexões aqui esboçadas, procurou-se destacar a importância de algumas questões analíticas e conceituais em torno da temática dos “mundos do trabalho”. E um dos pressupostos fundamentais deste texto foi o de que o campo da História Social do Trabalho no Brasil vem passando por um movimento de ampliações e de mudanças, que traz aos historiadores da área, entre outros, o desafio de superar as múltiplas relações entre o que agora se costuma chamar de “escravidão e liberdade”. Nesse caso, isso foi feito considerando o contexto da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX na cidade do Rio de Janeiro – um período considerado por alguns historiadores como o da formação da classe trabalhadora carioca (Mattos, 2008; Batalha, 1999).

Apesar dos esforços já empreendidos, para aqueles interessados em recuperar a dinâmica histórica de formação da classe trabalhadora, uma das questões problemáticas é a que se refere ao entendimento dos escravos como trabalhadores e de como se formaram identidades em comum entre todos aqueles

que tiveram, de variadas formas, o seu trabalho explorado. Por essa razão, ao se levar em conta discussões recentes empreendidas por historiadores que, em maior ou menor medida, procuraram dialogar com noções oriundas do materialismo histórico, tentou-se aqui considerar duas grandes questões.

Em primeiro lugar, do ponto de vista analítico, acredita-se ser fundamental repensar aspectos da escravidão no Brasil, em especial na segunda metade do século XIX, de modo a melhor compreender o que se costumava chamar de “transição” para as relações de produção capitalistas. Nesse sentido, estudar, como vem fazendo Dale Tomich, processos ligados à expansão da escravidão negra integrada ao quadro mundial do sistema capitalista industrial se torna um elemento importante para as análises que buscam compreender, de maneira estrutural e dialética, as relações de trabalho escravo e as de trabalho assalariado. Essa é uma questão importante, pois torna central um maior entendimento acerca da existência de formas diversas de exploração de trabalho, que em muitos casos estavam distantes do assalariamento, mas muito próximas da compulsoriedade. E, sob essa perspectiva, tornam-se válidas propostas conceituais como a de Marcel van der Linden, que privilegia aspectos econômicos e procura dar conta das experiências comuns de trabalho vivenciadas por diversos tipos de trabalhadores, em condições variadas de subalternidade, cuja base comum de classe seria a “mercantilização compulsória da força de trabalho”.

Contudo, como discute Marcelo Badaró Mattos, essa proposta teórica envolve outros níveis de complexidades do ponto de vista conceitual. Afinal, na origem marxiana do termo, a definição de classe trabalhadora “vai além da dimensão mais propriamente econômica, comportando também uma dimensão política” (Mattos, 2012a, p. 29). Nesse caso, pensar a formação da classe trabalhadora, como já sintetizou E. P. Thompson na bem conhecida introdução d’*A Formação da Classe Operária Inglesa*, envolve não apenas o “resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas)”, decorrentes das relações de produção, mas como homens e mulheres “sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus” (Thompson, 2004, p. 10). Por isso, não por acaso, Mattos propõe, com uma preocupação de natureza conceitual, recuperar o potencial das noções gramscianas de *classes* ou *grupos subalternos*, de modo a dar conta das faces objetiva e subjetiva do entendimento das classes sociais historicamente dominadas. Tentativa que pode ser muito interessante para pensar, por exemplo, o lugar dos escravos como agentes históricos – entendimento tão fortemente ressaltado pela historiografia da escravidão nas últimas décadas – e para levantar questões acerca da luta de classes em uma sociedade escravista.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Em artigo em que se vale do conceito de *classes subalternas* para pensar a atuação escrava no contexto abolicionista, o historiador Ricardo Salles afirma que a questão da agência escrava seria “a pedra de toque da historiografia brasileira recente da escravidão”. Cf. Salles, 2011, p. 263.

De qualquer maneira, é importante ressaltar como noções, categorias, conceitos e propostas analíticas legados pela tradição marxista ainda têm muito a oferecer para os historiadores sociais (sejam da escravidão e/ou do trabalho), se usados de forma renovada e crítica. E, por isso, para finalizar este texto, cabe indicar as contribuições que toda essa discussão oferece para os estudos acerca dos trabalhadores domésticos na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1850 e 1920, que vem sendo desenvolvida pela autora deste artigo.<sup>13</sup> Uma pesquisa que enfrenta muitos dos desafios indicados pelos historiadores para os estudos do trabalho nos últimos anos, tais como: lidar com a longa duração, de modo a empreender análises e reflexões que trafeguem do período escravista para o pós-abolição; ou considerar as complexidades inerentes ao entendimento de trabalhadores de variadas condições sociais a partir do conceito de classe social.

## VII

Sabe-se que a escravidão doméstica constituiu uma das principais modalidades do sistema social de exploração e dominação da escravidão, em especial em espaços urbanos escravistas, como o da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX. Na realidade, ao longo dos anos oitocentos, os escravos domésticos conformaram o maior contingente de escravizados da urbe carioca – e isso inclusive nas décadas de 1870 e de 1880, quando ocorreu significativo declínio da escravidão urbana (Soares, 2007, p. 107). Mesmo quando libertos, um percentual considerável de ex-escravos permaneciam atuando no setor de trabalho doméstico – em especial no pós-abolição –, e, em muitos casos, por meio de contratos de prestação de serviços e arranjos de trabalho que não passavam pelo assalariamento (Lima, 2009). Além disso, numeroso conjunto de trabalhadores livres, incluindo imigrantes, se ocupou, de maneira crescente, na prestação de serviços domésticos – muitos deles estrangeiros, provavelmente vindos, ainda em meados do século XIX, por meio de contratos de trabalho para pagar dívidas de viagem (Alencastro, 1988) e outros tantos que continuaram a chegar, com suas famílias, nas últimas décadas do século XIX, para buscarem um emprego que pudesse oferecer meios de subsistência.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Investigação que se encontra em andamento sob a orientação do Professor Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF).

<sup>14</sup> Apenas para indicar algumas dimensões numéricas do setor, recuperam-se aqui dados disponíveis em recenseamentos do período. Segundo o primeiro censo, de 1872, a população correspondente à cidade do Rio de Janeiro era de 274.972 habitantes e destes 55.012 indivíduos (20% do total da população) se declararam como trabalhadores domésticos. Em 1890, por conseguinte, apesar do percentual da categoria intitulada “serviço doméstico” ser menor, quando comparado ao censo anterior – sendo então de 14,30% (74.785) do total da população da cidade, que era de 522.651 habitantes –, esta categoria ainda representava o maior grupo ocupacional do Rio de Janeiro. E, de acordo com o recenseamento de 1906, essa situação não se alterou muito nos primeiros anos do século XX, visto que a população da cidade do Rio era composta por 811.443 indivíduos, dos quais 117.904 foram classificados como trabalhadores domésticos, ou seja, 14,53% do total da população da cidade. Cf. Souza, 2010, p. 83-84.

Ao reunir, portanto, um grande contingente de homens e, sobretudo mulheres, escravizados e livres, nacionais e estrangeiros, das mais variadas faixas etárias, engajados em diferentes arranjos de trabalhos, o setor de trabalho doméstico, na segunda metade do século XIX, precisa ser necessariamente estudado levando-se em conta a dinâmica da escravidão no Brasil naquele contexto. As análises de processos como os que envolveram, por exemplo, o tráfico interno de escravos – responsável por mobilizar espacialmente os cativos –, e os fluxos imigratórios de trabalhadores europeus para as cidades têm grande relevância nesse sentido, uma vez que afetaram a constituição do “mercado de trabalho” e as funções da escravidão doméstica. Por esses e outros aspectos, o tema do trabalho e dos trabalhos domésticos no longo período que se estende da segunda metade do Oitocentos até as primeiras décadas do século XX envolve problemas analíticos, e principalmente de ordem conceitual. Até porque, lembrando aqui de Gramsci, não se pode perder de vista que as observações dessa natureza “não devem ser concebidas como esquemas rígidos, mas apenas como critérios práticos de interpretação histórica”, uma vez que, “nas análises concretas de eventos reais, as formas históricas são determinadas e quase ‘únicas’” (Gramsci, 2007, p. 67).

Considerando isso, então, pode ser dito que, de uma perspectiva que se poderia aqui denominar de “econômica”, o conceito proposto por Marcel van der Linden se mostra extremamente significativo. As pesquisas em torno do tema do trabalho doméstico têm revelado que, na segunda metade do século XIX, na cidade do Rio, para além de uma enorme diversidade de perfil de trabalhadores, o universo do chamado serviço doméstico provavelmente compreendia formas variadas de exploração do trabalho (que incluíam desde a escravidão doméstica clássica e a prestação de serviços por trabalhadores livres e assalariados, passando pelo aluguel, pelo ganho, e chegando até a locação de serviços e a arranjos muito próximos de uma “servidão por dívida”). Todas essas “variedades” do trabalho doméstico estavam localizadas, como se sabe, no âmbito da subsistência e cujas relações sociais do tipo “empregador-empregado” passavam também por outras relações que não envolviam apenas a troca por dinheiro. Podendo, pois, ser compreendido no universo das “formas intermediárias de trabalho” proposto por van der Linden, os trabalhadores escravizados, libertos ou livres atuantes no serviço doméstico, na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, pelo menos, podem ser analisados historicamente a partir do conceito *trabalhadores subalternos*.

Não obstante, pensar na história dos trabalhadores – sendo eles domésticos ou não – em formações sociais como a brasileira implica também considerar formas de dominações sociais e maneiras pelas quais os setores dominados se identificaram coletivamente e buscaram agir para superar esta condição. Nesse sentido, levando-se em conta uma dimensão mais “política” do tema – por permitir apreender o papel dos trabalhadores como agentes históricos

transformadores – e a possibilidade de compreensão de contextos históricos como o que aqui se faz referência, a apropriação do conceito *grupos/classes subalternos* de Gramsci se mostra igualmente relevante. Essa categoria pode ser especialmente importante para a análise do período de vigência da escravidão, quando além de experiências comuns e compartilhadas de trabalho, de luta e de vida entre os diversos trabalhadores subordinados à exploração da sua força de trabalho em sociedade já inserida na lógica do capital, poderiam existir formas diferenciadas de consciência social. Ou seja, formas de identidade coletiva iam se constituindo, apesar das suas proximidades, com níveis distintos para trabalhadores escravizados – ou que viveram a experiência da escravidão – e para trabalhadores livres.<sup>15</sup>

Dessa forma, pensando no âmbito do trabalho doméstico no contexto em questão, persistem os desafios para os historiadores. O processo de tentativas de regulamentação das atividades dos chamados criados de servir, que ganhou força a partir de 1880 e se estendeu pelo pós-abolição, não só no Rio de Janeiro, mas também em outros espaços urbanos brasileiros, gerou situações complexas e de difícil interpretação. Em linhas gerais, tratou-se de uma conjuntura em que numerosos regulamentos foram propostos, visando, em última instância, a aumentar o controle urbano dos trabalhadores domésticos. Estes, com a regulamentação, seriam fiscalizados (pela Polícia ou pela municipalidade) por intermédio da obrigatoriedade de um registro e do uso de uma “caderneta de identificação” para admissão e demissão dos empregos. E apesar das vozes que se levantaram, na tribuna e na imprensa, a favor dos regulamentos para o setor de trabalho doméstico, os projetos de lei foram, em geral, repudiados pela população trabalhadora.

Nesse processo, foi comum o surgimento de situações em que os criados de servir, certamente, fortaleceram laços de identidade em comum, como trabalhadores contra aquela forma de regulamentação. Na cidade do Rio de Janeiro, encontram-se, na documentação municipal e em periódicos da época, referências a manifestações de criados, ou a discursos de seus porta-vozes, contra projetos de regulamentos propostos por vereadores e por intendentess municipais para o setor de trabalho doméstico (Souza, 2010, p. 203-209). Algumas daquelas iniciativas de reivindicação, ao que tudo indica, estiveram vinculadas a outras categorias de trabalhadores urbanos, reunidos em organizações como a Federação Operária e Artística do Brasil e o Centro Cosmopolita – que

---

<sup>15</sup> Um exemplo que talvez demonstre as complexidades disso são as situações que envolviam as visões acerca da liberdade. Nesse caso, apesar dos paralelos em comum, parte do patrimônio acumulado por todos os trabalhadores em uma formação social constituída a partir da escravidão, ainda permaneciam diferenças inegáveis entre situações de “escravidão de fato” e de “escravidão moral”, vivenciadas pelos trabalhadores naquele contexto (Mattos, 2008; Costa, 2012).

congregava trabalhadores domésticos e da prestação de serviços (Coluna Operária, 1903, p. 3; Vida Operária, 1907, p. 3). E um dos argumentos mais repetidos era o de que os criados não deveriam ser tratados de forma diferenciada em relação aos trabalhadores em geral. Questionava-se o “rebaixamento” da categoria dos domésticos frente aos demais trabalhadores urbanos. E a condição histórica dos trabalhadores escravizados era muitas vezes evocada, pois todas as manifestações ocorridas contra os regulamentos para os criados de servir ressaltavam que as medidas de controle lembravam a situação jurídica e social dos escravos. Na verdade, muito mais do que as lutas contra as condições de trabalho, as longas jornadas diárias de prestação de serviços, os maus-tratos ou as exigências para morar junto aos patrões – problemas que criadas e criados enfrentavam e procuravam, de variadas formas, resistir –, o que aparecia fortemente nesse processo – e que talvez possa ser identificado como um dos primeiros sinais de uma identidade comum entre os domésticos – era a negação de situações que lembrassem a vivência escrava; uma experiência coletiva acumulada que envolvia a valorização da liberdade de ir e vir ou de trabalho, e a reivindicação por uma condição de igualdade, ao menos perante as outras categorias de trabalhadores.

Sobre esse processo, pode-se aqui resgatar algumas considerações da historiadora Beatriz Loner acerca do lento processo de construção de identidades comuns entre trabalhadores no Brasil, em períodos como os do final do Império e do início da República. Segundo a autora, neste momento em que existiam “trabalhadores submetidos a regimes de trabalhos diferenciados, divididos pela situação jurídica, pela etnia e cor, gênero e idade, além das diferenciações entre categorias e tipo de trabalho ou nível de especialização”, torna-se difícil distinguir “traços do que poderia ser uma identidade comum em processo de formação e que envolvesse o conjunto dos trabalhadores” (Loner, 2002, p. 1). Devido, então, aos obstáculos colocados para o historiador interessado em buscar elementos acerca do processo de formação da classe trabalhadora, considerando a segunda metade do século XIX, e até mesmo primeiras décadas do século XX, Loner afirma que aquele

[...] deve procurar, em cada contexto, momentos, situações, episódios em que o fato de pertencer a uma categoria profissional levou a identificação, não só como a sua categoria, mas também com um conjunto um pouco maior, ainda que esse conjunto apareça em termos não muito claros [...]. Ou seja, um momento em que identificar-se com o trabalho passou a ser uma estratégia de aceitação e reivindicação de um lugar naquela sociedade e em que a atuação do ator pautou-se, nem que apenas de forma episódica e pontual, por esta determinação. [...] (p. 4-5)

Para o caso dos trabalhadores domésticos – assim como de outras categorias profissionais historicamente ligadas à escravidão – e de sua integração no longo e multifacetado processo que envolveu a formação da classe trabalhadora no Brasil, apesar dos avanços já obtidos pela historiografia do trabalho, muitas pesquisas ainda precisam ser feitas. E para isso, um bom caminho a seguir talvez seja aquele que considere algumas das discussões empreendidas nesse texto, que, se de um lado apoia-se nos avanços feitos pela História Social do Trabalho nos últimos anos, por outro, não pretende perder de vista as contribuições que ainda têm a oferecer conceitos, noções e discussões já de longa data enfrentados pela tradição crítica do materialismo histórico e que vêm sendo renovados por historiadores brasileiros.

### Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850 – 1872. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 21, p. 30-56, jul. 1988.
- BATALHA, Cláudio H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.
- BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: *Cadernos AEL*, Campinas, v. n. 10/11, 1999, p. 42-67.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. In: *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, p. 13-47, 2009.
- COLUNA OPERÁRIA. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 maio 1907, p. 3.
- COSTA, Rafael Maul Carvalho. *A “escravidão livre” na Corte: escravizados moralmente lutam contra a escravidão de fato (Rio de Janeiro no processo da Abolição)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012.
- FONTANA, Josep. Ranahit Guha y los “subaltern studies” (prólogo). In: GUHA, Ranahit. *Las voces de la historia y otros studios subalternos*. Barcelona: Crítica, 2002.
- FORTES, Alexandre; FRENCH, John D. Sobre encanadores e filósofos: fazendo história do trabalho no Brasil. In: FORTES, Alexandre *et. al.* *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 1-33, 2004.

- GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. In: *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, jun. 2006.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Maquiavel. Notas sobre Estado e política. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*, vol. 5. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LIMA, Henrique Espada. Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. In: *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, p. 135-177, 2009.
- LONER, Beatriz Ana. A lenta construção de identidades em comum entre trabalhadores no final do Império. In: *Anais eletrônicos da I Jornada Nacional de História*, Pelotas, 2002. Disponível em: <<http://labhstc.ufsc.br/acervo/acervo-eletronico/i-jornada>>. Acesso em: 29 ago. 2013.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 169, p. 223-253, jul./dez. 2013.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 83-128. 2010.
- MATTOS, Marcelo Badaró. The working class: a contemporary approach in the light of historical materialism. In: *Workers of the World*, Volume I, Number 2, p. 77-104, jan. 2013.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalho, classe trabalhadora e o debate sobre o sujeito histórico ontem e hoje*, 2012a (no prelo).
- MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012b.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MONAL, Isabel. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 189-200. (Versão deste texto foi publicada em 16/11/2006 na página da internet: <<http://www.odiario.info/?p=94>>. Acessada em: 06/08/2013).
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. A presença da história social do trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas. In: *Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/>>. Acesso em: 15 set. 2013.
- ROIO, Marcos Del. Gramsci e a emancipação do subalterno. In: *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 29, p. 63-78, nov. 2007.



- SALLES, Ricardo. A segunda escravidão (resenha). In: *Revista Tempo*, Niterói, vol. 1, n. 35, p. 249-254, jul.- dez. 2013.
- SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). In: *Revista de Índias*, Madrid, v. LXXI, n. 251, p. 259-284, 2011.
- SOARES, Luiz Carlos. *O "povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ – 7 Letras, 2007.
- SOUZA, Flavia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do Século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- TOMICCH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: EDUSP, 2011.
- TOMICCH, Dale W. Trabalho escravo e trabalho livre: origens históricas do capital. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 13, mar./ abr./ mai. 1992.
- TRAVERSO, Enzo. Marx, a história e os historiadores. Uma relação a se reinventar. In: *Revista História & Luta de Classes*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 48-54, mar. 2013.
- VAN DER LINDEN, Marcel. As greves não estão diminuindo, provavelmente estão se tornando mais importantes (entrevista). In: *Outubro*, São Paulo, n. 20, p. 111-121, 2012.
- VAN DER LINDEN, Marcel. História do Trabalho: o velho, o novo e o global. In: *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, vol. 1, n. 1, p. 11-26, jan.-jun. 2009.
- VAN DER LINDEN, Marcel. *Workers of the world: essays toward a global labor history*. Leiden: Brill, 2008.
- VAN DER LINDEN, Marcel. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. In: *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 11-40, 2005.
- VIDA OPERÁRIA. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 set. 1903, p. 3.

Recebido em fevereiro de 2014

Aprovado em março de 2014